



Senado aprova texto-base da reforma da Previdência

Dois destaques apresentados pelo PT e pela Rede serão analisados hoje em sessão marcada para as 9h. Outros dois destaques para modificar a reforma foram rejeitados

O Plenário aprovou ontem, em segundo turno, a PEC da Reforma da Previdência. A proposta recebeu 60 votos a favor e 19 contra.

As principais medidas da reforma são a elevação da idade mínima para aposentadoria e a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição. O texto também fixa o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários e eleva alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS.

— O Senado e a Câmara dos Deputados enfrentaram neste ano uma das matérias mais difíceis e,

ao mesmo tempo, mais importantes. E hoje o Parlamento entrega a maior reforma da Previdência da história do país — ressaltou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Dois destaques foram rejeitados. Um deles retirava do texto a revogação de regimes de transição de reformas anteriores. O outro beneficiava trabalhadores na comprovação de tempo de serviço insalubre. A sessão foi suspensa depois que senadores questionaram a possibilidade de a reforma atingir direitos de quem trabalha em atividade periculosa, tema dos dois últimos destaques. **4 e 5**



Acompanhado de senadores, ministro da Economia, Paulo Guedes, cumprimenta o presidente Davi Alcolumbre em Plenário

Senadores pedem ações contra óleo em praias

Os senadores Fabiano Contarato, Humberto Costa e Jean Paul Prates apresentaram ontem ao presidente em exercício, Hamilton Mourão, uma lista de sugestões de

providências a serem tomadas no caso das manchas de óleo nas praias do Nordeste.

Eles defendem, por exemplo, um decreto de estado de emergência ambiental para

facilitar a liberação de recursos. Também ontem, o Plenário aprovou requerimento de Contarato para formar uma comissão externa que acompanhará o problema. **2**



Manchas começaram a surgir no início de setembro e já avançaram por 2 mil quilômetros do litoral nordestino

Não houve candidatura-laranja no PSL mineiro, diz ministro do Turismo

Presidente do diretório estadual do PSL, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, negou ontem as denúncias de que as candidatas pela legenda foram obrigadas a devolver ao partido verba do Fundo Partidário e que teriam disputado só para cumprir a cota feminina de 30% de concorrentes. **8**

Debatedores divergem sobre melhor maneira de enfrentar notícias falsas

Enquanto alguns dos convidados da audiência de ontem da CPI Mista das Fakes News defenderam uma ação do Estado para estancar a veiculação de notícias falsas, outros disseram que a própria sociedade organizada deve criar mecanismos para enfrentar a nova realidade da internet. **3**

Congresso tem sessão hoje para votar créditos extraordinários 3

Convidados denunciam abusos em preços de remédios 7

Comissão de Orçamento aprova recursos para leilão do pré-sal

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem proposta que abre crédito especial de R\$ 34,62 bilhões para que o Ministério de Minas e Energia compense a Petrobras, honrando contrato com a estatal, e execute o leilão do pré-sal em 6 de novembro. Outro item do texto destina R\$ 5,89 bilhões desse dinheiro a estados e municípios, a

serem distribuídos conforme lei aprovada na Câmara e no Senado em tempo recorde e mediante amplo acordo entre partidos.

A comissão também aprovou três propostas que abrem recursos extraordinários para vários ministérios, órgãos públicos e estatais como a Infraero, que terá acesso a R\$ 407 milhões. **3**



Deputado Nogueira, vice, e senador Marcelo Castro, presidente da CMO

Senadores pedem a Mourão urgência contra óleo no NE

O presidente da República em exercício recebeu ontem representantes da Comissão de Meio Ambiente que entregaram sugestões consolidadas após audiência pública do colegiado sobre o desastre no litoral

O PRESIDENTE DA Comissão de Meio Ambiente (CMA), Fabiano Contarato (Rede-ES), e os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Jean Paul Prates (PT-RN) foram recebidos ontem pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão. Eles apresentaram sugestões de providências a serem tomadas no caso das manchas de óleo que atingem o Nordeste.

“Fomos cobrar ação do governo federal no desastre ambiental sem precedentes que se abate sobre mais de

2,1 mil quilômetros do litoral nordestino”, disse, pelo Twitter, o senador Humberto Costa.

Segundo Contarato, a lista de sugestões foi consolidada a partir de audiência que tratou do tema na CMA. Se aprovada pela comissão, a indicação será encaminhada oficialmente à Presidência da República.

A lista inclui um decreto de estado de emergência ambiental na Região Nordeste para facilitar a liberação de recursos financeiros, humanos e materiais, e a divulgação

das informações sobre o que está sendo feito pelos órgãos do Poder Executivo e sobre o plano de contingência para o incidente. Outras medidas sugeridas são solicitação de apoio a governos estrangeiros e entidades internacionais, criação de um centro para monitorar casos semelhantes, destinação de recursos para pesquisas e apresentação de um plano de recuperação do meio ambiente e reparação de danos. Os senadores também pedem ações de treinamento e fornecimento de equipamentos para voluntários.

Também pelo Twitter, Jean Paul informou que a bancada do PT entrou com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República para cobrar explicações do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. “A situação só não é pior porque o valente povo nordestino, diante da inércia do governo Bolsonaro, promove mutirões para limpar nossas praias. Vamos continuar exigindo que os órgãos competentes identifiquem os responsáveis por esse crime ambiental, apliquem as punições cabíveis e tomem as medidas necessárias para reparar os danos”.

Senado terá comissão externa para acompanhar ações contra vazamento

Uma comissão temporária externa do Senado vai trabalhar por 180 dias para acompanhar as ações do governo contra as manchas de óleo que se espalham pelo litoral da Região Nordeste.

O requerimento para a criação do colegiado foi protocolado por Fabiano Contarato e aprovado ontem pelo Plenário. A comissão será composta por oito senadores: Contarato,

Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim (Podemos-RN), Jaques Wagner (PT-BA), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

Humberto Costa, pelo Twitter, classificou o governo federal como incompetente no caso e afirmou que as primeiras medidas demoraram a chegar.

Veneziano aponta lentidão do governo para conter danos

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) acusou ontem o governo federal de falta de sensibilidade e agilidade no combate às manchas de óleo que têm chegado às praias do Nordeste. O desastre, observou o senador, resulta em grandes prejuízos ambientais e econômico.

— Passados quase dois meses, 60 dias, as primeiras e efetivas medidas foram adotadas há 72 horas. Isso mostra exatamente que este governo, mais uma vez, em relação a um episódio gritante, demonstra sua lerdeza e seu descompromisso — disse o senador, criticando o sigilo das investigações sobre o vazamento.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Otto, pescador prejudicado tem direito a seguro-defeso

Otto Alencar (PSD-BA) defendeu ontem em Plenário a liberação do seguro-defeso aos trabalhadores que vivem da pesca artesanal e que estão impedidos de atuar por causa do óleo na costa do Nordeste.

O senador argumentou que o benefício não pode ser interrompido após a limpeza das orlas, porque os resíduos podem comprometer por anos a vida dos peixes e da flora do litoral.

— Espero que a ministra [da Agricultura] Tereza Cristina possa atuar rapidamente, identificar o período em que não haverá condição para pesca artesanal e fazer o pagamento regular.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto: órgãos federais são negligentes com desastre

Humberto Costa (PT-PE) afirmou ontem que há negligência do governo federal no combate à poluição do litoral do Nordeste por petróleo. O senador disse que o Ministério do Meio Ambiente, a Marinha e o Ibama não colocaram em prática um plano emergencial de contenção do óleo, que continua destruindo a fauna, a flora e causando prejuízos.

Segundo ele, a população vive um drama sem precedentes e não tem a ajuda do governo.

— É a população que está tirando, no braço, o óleo que está nas praias, correndo riscos, junto com as prefeituras e os governos estaduais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plínio critica atuação de ONGs no caso da poluição do litoral

Plínio Valério (PSDB-AM) criticou ontem as ONGs de defesa do meio ambiente, que a seu ver não estariam dando apoio necessário ao combate às manchas de óleo que têm poluído o litoral nordestino. Para ele, as ONGs fixadas na Amazônia não têm se mobilizado para tentar ajudar também nesse desastre ecológico, no Nordeste.

Segundo o senador, o trabalho de muitas dessas ONGs é suspeito. Prova disso, afirmou, seria a falta de interesse em ajudar o Nordeste. Ele tornou a pedir a leitura do requerimento para a instalação da CPI das ONGs da Amazônia.



Jane de Araújo/Agência Senado



Entre representantes da Marinha e do CNPq, Rodrigues dirige sessão

Almirante Paulo Moreira é homenageado em Plenário

O Plenário do Senado promoveu ontem uma sessão especial para homenagear os 100 anos de nascimento do almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, idealizador do Instituto Nacional de Estudos do Mar (Inem). O instituto defende o meio ambiente marinho, a flora e a fauna e seu aproveitamento econômico.

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) enalteceu a dedicação e o trabalho prestado durante 45 anos pelo militar às ciências do mar e lamentou que a homenagem tragicamente coincida com o vazamento de óleo no litoral do Nordeste, “o pior desastre ambiental envolvendo o

oceano no Brasil”.

O comandante da Marinha, almirante de esquadra Ilques Barbosa Junior, assegurou que as autoridades competentes estão trabalhando para descobrir e responsabilizar os autores do incidente e também para neutralizar os impactos à biodiversidade e os prejuízos econômicos às localidades atingidas.

Autor do requerimento da sessão especial, Chico Rodrigues (DEM-RR) ressaltou que o almirante foi um pioneiro do conhecimento sobre os assuntos ligados ao mar em uma época em que ninguém cogitava a importância estratégica do patrimônio marítimo nacional.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

9h Análise de destaques à PEC 6/2019, que muda a Previdência Social.

CDR Emendas

9h Análise de emendas ao Plano Plurianual (PPA) 2020–2023 e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 (PLOA). Após, pauta de 3 itens.

CÓDIGO COMERCIAL Pedido de debate

9h Análise de requerimento.

CAS Emendas

9h30 Pautada 24 itens. Às 9h30, emendas ao PPA e ao PLOA 2020. Às 11h, audiência sobre esquizofrenia.

CCJ Previdência

10h Entre 35 itens, emendas de Plenário à PEC Paralela (PEC 133/2019). Às 10h, emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA 2020.

CCT Pesquisas

10h Audiência com membros da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Evandro Chagas. Depois pauta de 5 itens.

CJ Lançamento

10h Pesquisa CNT de Rodovias 2019.

CDH Emendas

11h Emendas ao PPA e ao PLOA.

CRA Comunidades nativas

11h Emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA 2020. Às 11h, debate sobre comunidades nativas.

BELO MONTE Desapropriações

11h Audiência pública.

CPMI FAKE NEWS Requerimentos

12h Pedidos de depoimentos.

CMA Emendas

14h Emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA 2020. Depois, pauta de 15 itens.

CONGRESSO Verba para o Executivo

14h Análise de 19 projetos de suplementação de verbas para diversos órgãos do Executivo.

BRASIL SÉCULO XXI Subcomissão

14h Instalação e eleição.

CMO Ciência e tecnologia

14h30 Audiência para debater impacto da ciência e tecnologia na economia do país. Representantes dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estão entre os convidados.

CMMC Mercado de carbono

14h30 Audiência para debater o mercado de carbono, com representantes dos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores.

CSE Emendas

14h30 Análise das emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA 2020.

CTFC PPA e PLOA

14h30 Apreciação das emendas ao PPA 2020–2023 e ao PLOA 2020.

MP 893/2019 UIF no Banco Central

14h30 Análise do relatório.

GASTOS PÚBLICOS Frente parlamentar

15h Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



Congresso vota créditos para estatais e ministérios

Reunião conjunta tem 19 propostas em pauta. A primeira busca permitir que o Ministério de Minas e Energia compense a Petrobras por adiantamento na cessão onerosa, viabilizando o leilão do pré-sal

O CONGRESSO PROMOVE sessão conjunta hoje, às 14h, com 19 projetos de lei na pauta de votações. A maior parte é de créditos adicionais ao Orçamento deste ano para ministérios e estatais. O Senado tem sessão às 9h (ver pags. 4 e 5).

O primeiro item da pauta do Congresso é o PLN 45/2019, que abre crédito especial de R\$ 34,62 bilhões para que o Ministério de Minas e Energia honre acordo para compensar a Petrobras pelo contrato de cessão onerosa e viabilizar o leilão dos excedentes do pré-sal, previsto para 6 de novembro.

Firmado entre a Petrobras e a União em 2010, o contrato de cessão onerosa garantia à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal por 40 anos. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo. Os excedentes são os volumes que ultrapassam os 5 bilhões de barris inicialmente estipulados, e que podem chegar a 15 milhões de barris de óleo equivalente. Desde 2013, o governo vem negociando um aditivo do contrato, depois



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Entre os ministérios contemplados, estão o da Defesa e o da Educação

que a Petrobras pediu ajustes, devido à desvalorização do preço do barril no mercado internacional.

Também pode ser votado o PLN 10/2019, que abre crédito especial de R\$ 5,42 bilhões para investimentos da Petrobras. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a solicitação visa cumprir compromissos que não foram previstos à época da elaboração do Orçamento para 2019. A maior parte do dinheiro, proveniente da estatal, será utilizado para a nacionalização de plataformas que estão em posse de sua subsidiária na Holanda. O processo deveria ter sido concluído em 2018,

mas deve se estender até 2020. Outra parte será destinado a outros contratos relacionados à aquisição de bens pela estatal.

Outro que deve ser votado é o PLN 15/2019, que abre crédito suplementar de R\$ 1,8 bilhão para a Petrobras, para realização de manutenções em plataformas nas Bacias de Campos (RJ) e do Espírito Santo. O crédito ainda atende a inclusão de novos projetos para redução da emissão de CO₂ e adequação do teor de óleos e graxas na Bacia de Campos para atender normas ambientais do Ibama. Os recursos são provenientes do cancelamento de outras dotações.

Comissão de Orçamento aprova recursos para o leilão do pré-sal

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem proposta que abre crédito especial de R\$ 34,62 bilhões para o Ministério de Minas e Energia compensar a Petrobras e executar o leilão do pré-sal em 6 de novembro (PLN 45/2019). Outro item do PLN 45/2019 destina R\$ 5,89 bilhões desse dinheiro a estados e municípios, conforme a Lei 13.885, de 2019.

Segundo o presidente da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), a proposta é do interesse geral da nação.

— É o que vai propiciar que o leilão da cessão onerosa seja efetivado. Ele destina recurso para todos os estados e municípios do Brasil conforme longa e exaustiva negociação — disse Castro, em referência à Lei 13.885, de 2019, aprovada pela Câmara e pelo Senado após amplo acordo entre partidos.

O texto ainda destina R\$ 8,2 milhões para o Maranhão e R\$ 8,5 milhões para subvenção a empresas de compra e revenda de grãos.

Orçamento

A CMO aprovou o PLN 27/2019, que prorroga o prazo para emendas ao Orçamento até 14 de novembro.

O colegiado ainda aprovou três propostas (PLN 24/2019, PLN 38/2019 e PLN 41/2019) com um total de R\$ 2 bilhões para quatro ministérios, estatais e pagamento de peritos em causas previdenciárias. A maior parte dos recursos (R\$ 1 bilhão) vai para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Infraero

O PLN 41/2019 destina recursos também para os Ministérios da Cidadania (R\$ 175 milhões); da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (R\$ 100 milhões); e para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, R\$ 93 milhões).

Outros R\$ 407 milhões vão para a Infraero. O texto ainda destina R\$ 83 milhões para as Companhias Docas do Espírito Santo e de São Paulo.

Perícias médicas

Já o PLN 38/2019 destina R\$ 230 milhões para o pagamento de peritos de causas de segurados carentes contra o INSS.

Os três projetos seguirão para análise do Plenário do Congresso.

Com Agência Câmara

Debatedores defendem providências diversas para limitar fake news

A disseminação de notícias falsas está ligada à disputa política e ao avanço tecnológico, disseram ontem os convidados de audiência na CPI das Fake News. A comissão parlamentar de inquérito debateu providências para conter o problema no país.

O coordenador-geral na Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, Walter Capanema, definiu fake news como a desinformação com a intenção de prejudicar alguém. Ele sugeriu uma pena maior para quem divulga fake news pela internet, como forma de combater a rápida propagação de informações falsas.

Na visão do comandante de Defesa Cibernética do Exército, general Guido Amin Naves, há um relacionamento evidente entre as notícias falsas e o mundo da tecnologia de internet. O general afirmou que, quando as fake news contagiam uma eleição, o equilíbrio de poder fica prejudicado.

— Enfrentar esse fenômeno é um desafio para todos da nação brasileira. Tem que começar com as crianças na escola, com uma educação verdadeira. Ninguém hoje vive sem tecnologia e precisamos de segurança para viver nesse mundo.

Wilson Gomes, professor na

Universidade Federal da Bahia (UFBA), disse que as notícias falsas são um fenômeno persistente, ao contrário do que muitos pesquisadores diziam, quando as consideravam um movimento pontual. Para ele, as fake news se tornaram fenômeno a partir de 2016, em um ambiente de “hiperpolarização política”. O professor também afirmou que a produção de fake news está ligada à prática da “política suja”. Wilson Gomes lembrou que já existiam notícias falsas nas guerras mundiais do século passado, mas o avanço da conexão tecnológica permite que as fake news se espalhem de forma rápida e para todos os lugares.

— Hoje não há front: não há lugar que não possa ser alcançado.

Checagem

Editor do Estadão Verifica e presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Daniel Bramatti disse que evita o uso do termo fake news — que não abarcaria todos os desdobramentos do fenômeno, como a sátira, um erro de apuração, ou um conteúdo falso intencionalmente produzido para prejudicar um oponente.

Ele apontou que há políticos,



Pedro França/Agência Senado

Lídice da Mata e Angelo Coronel ouvem Wilson Gomes em audiência

principalmente os de linha autoritária, que chamam de fake news todo o noticiário que os desagrada.

Para Bramatti, porém, o problema das fake news não será resolvido com leis ou Justiça, mas com iniciativas da sociedade. Ele citou como exemplos os serviços de checagem criados por vários órgãos da imprensa.

— Criminalizar as fake news é um absurdo. Há muitos ditadores usando esse recurso para prender jornalistas.

Democracia

A relatora da comissão, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), disse que as fake news têm um caráter de malignidade e representam uma ameaça à democracia. Já o deputado Rui Falcão (PT-SP) reforçou o compromisso da CPI com a

liberdade de expressão e a deputada Luizianne Lins (PT-CE) disse que as fake news devem preocupar toda a sociedade. Já a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) declarou que a CPI não visa prejudicar o governo, afirmando que as notícias falsas vêm de todos lados.

A audiência foi coordenada pelo presidente da CPI, Angelo Coronel (PSD-BA), que convocou uma nova reunião da comissão para hoje às 12h, quando serão apreciados mais de 100 requerimentos. Ele negou que a CPI tenha o objetivo de “perseguir” o presidente Jair Bolsonaro ou de limitar a liberdade de expressão.

— Vamos trabalhar com total isenção e contribuir com a sociedade para evitar que as pessoas usem perfis falsos e depreciem seus desafios.

Colegiado aprova investimentos em defesa nacional

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, nesta terça-feira (22), emendas aos projetos da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 e do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

N âmbito da LOA, o colegiado aprovou quatro emendas ao Orçamento de 2020, no valor global de R\$ 1,441 bilhão. A emenda de maior valor destina R\$ 1,1 bilhão ao Programa FX-2, de reequipamento e modernização da frota de caças supersônicos da Força Aérea Brasileira (FAB). Outra emenda aprovada pela CRE reserva R\$ 200 milhões para a compra de equipamentos pela Marinha.

Já no Plano Plurianual 2020-2023 foram eleitos os seguintes programas prioritários para o recebimento de recursos orçamentários: a implantação de sistema de defesa cibernética; o desenvolvimento e aquisição de foguetes de treinamento básico e intermediário; e a aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins.

Aprovado o texto-base da reforma da Previdência

Proposta de emenda à Constituição recebeu 60 votos favoráveis e 19 contrários ontem no Senado. Dois destaques, sobre regras de transição e tempo de trabalho com insalubridade, foram rejeitados e outros dois serão votados hoje



O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem em segundo turno, com 60 votos favoráveis e 19 votos contrários, a proposta do governo de reforma da Previdência (PEC 6/2019). Mas ficaram pendentes de votação um destaque apresentado pelo PT e outro pela Rede, que serão votados hoje, às 9h.

A principal medida da reforma da Previdência é a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria (65 anos para homens e 62 anos para mulheres), extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição. O texto também estabelece o valor da aposentadoria a partir da média de todos os salários (em vez de permitir a exclusão das 20% menores contribuições), eleva alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS (hoje em R\$ 5.839) e estabelece regras de transição para os trabalhadores em atividade.

Cumprida a regra de idade, a aposentadoria será de 60% com o mínimo de 15 anos de contribuição. Cada ano a mais eleva o benefício em dois pontos percentuais, chegando a 100% para mulheres com 35 anos de contribuição e para homens com 40. O objetivo com a reforma, segundo o governo, é reduzir o rombo nas contas da Previdência Social. A estimativa de economia com a PEC 6/2019 é de cerca de R\$ 800 bilhões em 10 anos. O Congresso ainda vai analisar uma segunda proposta (PEC 133/2019), a PEC Paralela, que contém alterações e acréscimos ao texto principal, como a inclusão de estados e municípios nas novas regras previdenciárias.

A reforma foi aprovada em primeiro turno no início de outubro, com 56

votos favoráveis e 19 contrários — são necessários pelo menos 49 votos para a aprovação de uma PEC. Os senadores derrubaram um dispositivo do texto que veio da Câmara dos Deputados: as novas regras do abono salarial. Como se trata de uma supressão, essa mudança não provocará o retorno da PEC 6/2019 à Câmara dos Deputados.

Na votação de ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, registrou a presença em Plenário do ministro da Economia, Paulo Guedes.

— O Senado da República, o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados enfrentaram, este ano, uma das matérias mais difíceis, mas, ao mesmo tempo, mais importantes para a nação brasileira. O Parlamento mostra maturidade política, mostra responsabilidade. O Congresso Nacional cumpre com as suas responsabilidades. O Parlamento brasileiro entrega a maior reforma da Previdência da história deste país para o Brasil e para os 210 milhões de brasileiros. Obrigado a todos os senadores pela paciência. Hoje o Senado Federal demonstra grandeza com a votação desta matéria. Parabéns a todos e a todas! — disse Davi.

Destaques

Em votações no painel eletrônico, os senadores rejeitaram dois destaques apresentados por partidos da oposição para modificar o texto da reforma. Outros dois não foram votados. Por 57 votos a 20, o Plenário rejeitou o destaque apresentado por Weverton (PDT-MA) que retiraria da reforma a revogação de regimes de transição que ainda existem frutos de reformas de governos anteriores. Já o destaque de Telmário Mota (Pros-RR) foi rejeitado por



Senadores e o ministro da Economia, Guedes, (3º à dir, em pé) comemoram aprovação em sessão comandada por Davi Alcolumbre (2º à dir, sentado)

57 votos a 19. A intenção era beneficiar trabalhadores na comprovação de tempo de serviço com insalubridade.

Devido a dúvidas de senadores sobre o teor das mudanças, os destaques apresentados pelos líderes do PT, Humberto Costa (PE), e da Rede, Randolfe Rodrigues (AP) tiveram suas votações adiadas para hoje. Após questão de ordem de Eduardo Braga (MDB-AM), Davi suspendeu a sessão

— Hoje o brasileiro tem direito à aposentadoria por periculosidade? A informação que circula é que, em 1995, uma emenda constitucional retirou a periculosidade da Previdência. Eu indago à Mesa: essa informação procede? — questionou Braga.

O destaque do PT, defendido em pronunciamento por Paulo Paim (RS), objetivava diminuir os prejuízos na aposentadoria de trabalhadores que exercem atividades com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos. O destaque da Rede trata da idade mínima desses mesmos trabalhadores.

Davi respondeu que o teor do discurso de Paim estava correto e leu o texto constitucional que será modificado pela PEC: “§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem

a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.” Ele ressaltou que o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), se comprometeu a atender posteriormente, em lei complementar, os trabalhadores que pudessem ser prejudicados. Mas diante do impasse, o presidente do Senado suspendeu a votação.

Debate

Paim afirmou que a reforma da Previdência vai repercutir na vida de milhões de brasileiros, e todos perderão.

— Não escapará ninguém que se aposentar a partir de novembro — disse.

Para Humberto, a reforma vai diminuir o valor de aposentadorias e pensões e vai atingir com mais dureza os mais pobres, não mexendo com os bilionários nem com os grandes devedores da Previdência. Vai promover mais desigualdade, mais miséria, mais pobreza e mais fome.

Randolfe afirmou que a situação deficitária da Previdência é real e deve ser abordada, mas criticou a opção por uma reforma que, na sua avaliação, onera apenas os mais pobres. Para o senador, o país deveria tributar o capital financeiro e atacar as políticas de desonerações fiscais.

Segundo Rogério Carvalho (PT-SE), são os mais pobres que pagarão a conta da

economia dos R\$ 800 bilhões. Na opinião de Weverton, o Senado está “decretando a pobreza na velhice”, retirando dinheiro de milhares de pequenos municípios e tirando direitos de milhões de pessoas.

O relator da PEC, Tasso Jereissati (PSDB-CE) considerou que o debate sobre a reforma foi amplo e que o Congresso conseguiu aprimorar o texto do Executivo.

— O texto não é perfeito, mas é o melhor possível na diversidade da Casa — disse.

Braga afirmou que, embora a reforma vá exigir “sacrifício de todos”, é necessária para combater privilégios e ajudar o país a recuperar seu equilíbrio fiscal, retomando o crescimento econômico, alavancar a geração de emprego e renda e garantir capacidade de investimento público.

O líder do PSL, Major Olimpio (SP), afirmou que a nova Previdência “não vai ser um remédio para todos os males”, mas vai ajudar o país no equilíbrio econômico, fiscal e orçamentário e gerar empregos.

José Serra (PSDB-SP) disse que votou pela reforma por entender que ela vai ajudar a equilibrar as contas públicas e a restabelecer a confiança na política fiscal. Para Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), o Senado vive “um momento histórico que vai colocar o Brasil em outro patamar”.

Roberto Rocha (PSDB-MA), Marcos Rogério (DEM-RO) e Ciro Nogueira (PP-PI) também defenderam a nova Previdência.

Paim defende regra atual para trabalhadores em áreas de alto risco

Antes da votação da reforma da Previdência pelo Plenário, ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez um discurso em que voltou a defender as alterações que ele sugeriu ao texto da PEC 6/2019.

Entre as mudanças propostas por Paim, estavam a manutenção da regra atual de aposentadoria especial, com salário integral após 25 anos de contribuição, para quem trabalha em área de alto risco, como vigilante, guarda-noturno ou eletricitário.

— Não é justo para quem trabalhou em área de alto risco, expôs sua vida para defender, por exemplo, o patrimônio público e as nossas próprias vidas. Por isso que a gente fez o destaque — disse.

Fernando Bezerra Coelho diz que mudanças vão beneficiar os mais pobres

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), líder do governo no Senado, defendeu ontem a reforma da Previdência (PEC 6/2019), cujo texto-base foi aprovado também ontem em segundo turno.

Para ele a rejeição da reforma seria um desastre para o povo brasileiro, especialmente para os mais pobres.

— Quero lembrar que a população mais pobre seria a mais afetada pela falta de investimentos públicos. O país entraria em recessão já a partir do segundo semestre de 2020, em vez de uma alta de no mínimo 2%, como previsto para o ano que vem.

Marcos Rogério sugere mais reformas, como a administrativa

Marcos Rogério (DEM-RO) manifestou preocupação ontem com a porcentagem do Orçamento da União dedicada à educação (área de risco) e à saúde, quando comparada com o que é gasto com a Previdência. Nesse sentido, disse ser preciso garantir um reordenamento orçamentário e financeiro para o governo, com a aprovação de outras reformas estruturais, além da previdenciária.

Ele disse ser preciso reduzir o custo da máquina pública. Na opinião do senador, uma reforma administrativa é urgentemente necessária.

PEC Paralela pode ser votada na CCJ em até 15 dias, afirma Simone Tebet

A votação da PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019) será concluída em até 15 dias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e antes de 19 de novembro em Plenário. Essa é a expectativa presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), em declaração dada após reunião em que o colegiado concluiu a análise de emendas apresentadas ao texto principal da reforma.

A comissão se reúne hoje para ler o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) às 16h emendas apresentadas à PEC Paralela. Segundo Simone, será concedida vista coletiva para que os senadores analisem o parecer.

— Concederemos vista coletiva de pelo menos uma semana. Pelo

calendário oficial, sem acordo, já é possível até 19 de novembro termos a aprovação da PEC Paralela. Com acordo, que eu acredito ser possível, podemos fechar essa questão já na primeira quinzena de novembro.

Concluída a votação na CCJ, o texto pode ser votado em Plenário no mesmo dia, acrescentou a senadora.

A PEC Paralela altera o texto da reforma da Previdência. Uma das mudanças é a inclusão de estados e municípios no novo sistema de aposentadoria. Os estados poderão, por projeto de lei aprovado nas assembleias legislativas, seguir as regras da União. Os municípios, se não aprovarem critérios próprios, vão automaticamente aderir ao regime da União.



Simone Tebet e Tasso Jereissati em reunião ontem da Comissão de Constituição e Justiça

Sindicatos criticam fim de aposentadoria especial para atividades perigosas

Antes da votação da PEC da Previdência em Plenário, líderes sindicais criticaram, em debate ontem na Comissão de Direitos Humanos, um dispositivo da reforma que acaba com a aposentadoria especial dos trabalhadores expostos a periculosidade. Para o ex-presidente do sindicato dos vigilantes do Distrito Federal, deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF), a mudança é “extremamente grave”.

— A questão é que estão colocando na Constituição que é proibido ter a periculosidade. Isso faz com que todos que exerçam atividades perigosas percam o adicional de 30% por risco, como também percam a possibilidade de se aposentarem com 25 anos de contribuição. Como é que uma pessoa que exerce um trabalho de risco irá

trabalhar 40 anos e se aposentar com 65 anos? Eletricitários, vigilantes e outros não conseguirão se aposentar.

Outro tema que permeou os debates foram as manifestações populares no Chile. Nas últimas duas semanas, 15 pessoas morreram em protestos que se iniciaram contra o aumento do preço da passagem do metrô de Santiago. O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que o Chile enfrenta hoje o que o Brasil deve passar com a aprovação da reforma da Previdência.

— O governo chileno está chamando os partidos para ouvir propostas e desfazer o modelo. São idosos que recebem meio salário mínimo como aposentadoria, são jovens que não vêm futuro. O Brasil não precisaria passar por isso, mas deverá passar com a aprovação da PEC.



Participantes de audiência pedem manutenção da aposentadoria especial para vigilantes

Os votos na PEC 6/2019

Acir Gurgacz (PDT-RO)	⊗ NÃO
Alessandro Vieira (Cidadania-SE)	⊙ SIM
Alvaro Dias (Podemos-PR)	⊙ SIM
Angelo Coronel (PSD-BA)	⊙ SIM
Antonio Anastasia (PSDB-MG)	⊙ SIM
Arolde de Oliveira (PSD-RJ)	⊙ SIM
Carlos Viana (PSD-MG)	⊙ SIM
Chico Rodrigues (DEM-RR)	⊙ SIM
Cid Gomes (PDT-CE)	⊗ NÃO
Ciro Nogueira (PP-PI)	⊙ SIM
Confúcio Moura (MDB-RO)	⊙ SIM
Daniella Ribeiro (PP-PB)	⊙ SIM
Dário Berger (MDB-SC)	⊙ SIM
Davi Alcolumbre (DEM-AP)	⊙ *
Eduardo Braga (MDB-AM)	⊙ SIM
Eduardo Girão (Podemos-CE)	⊙ SIM
Eduardo Gomes (MDB-TO)	⊙ SIM
Eliziane Gama (Cidadania-MA)	⊗ NÃO
Elmano Férrer (Podemos-PI)	⊙ SIM
Espírito Santo (PP-SC)	⊙ SIM
Fabiano Contarato (Rede-ES)	⊗ NÃO
Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)	⊙ SIM
Fernando Collor (Pros-AL)	⊗ NÃO
Flávio Arns (Rede-PR)	⊙ SIM
Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)	⊙ SIM
Humberto Costa (PT-PE)	⊗ NÃO
Irajá (PSD-TO)	⊗ NÃO
Izalcid Lucas (PSDB-DF)	⊙ SIM
Jader Barbalho (MDB-PA)	⊙ SIM
Jaques Wagner (PT-BA)	⊗ NÃO
Jarbas Vasconcelos (MDB-PE)	⊙ SIM
Jayme Campos (DEM-MT)	⊙ SIM
Jean Paul Prates (PT-RN)	⊗ NÃO
Jorge Kajuru (Cidadania-GO)	⊙ SIM
Jorginho Mello (PL-SC)	⊙ SIM
José Maranhão (MDB-PB)	⊙ SIM
José Serra (PSDB-SP)	⊙ SIM
Juiza Selma (Podemos-MT)	⊙ SIM
Kátia Abreu (PDT-TO)	⊙ SIM
Lasier Martins (Podemos-RS)	⊙ SIM
Leila Barros (PSB-DF)	⊗ NÃO
Lucas Barreto (PSD-AP)	⊙ SIM
Luis Carlos Heinze (PP-RS)	⊙ SIM
Luiz do Carmo (MDB-GO)	⊙ SIM
Maílza Gomes (PP-AC)	⊙ SIM
Major Olimpio (PSL-SP)	⊙ SIM
Mara Gabrilli (PSDB-SP)	⊙ SIM
Marcelo Castro (MDB-PI)	⊙ SIM
Marcio Bittar (MDB-AC)	⊙ SIM
Marcos do Val (Podemos-ES)	⊙ SIM
Marcos Rogério (DEM-RO)	⊙ SIM
Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	⊙ SIM
Mecias de Jesus (Republicanos-RR)	⊙ SIM
Nelsinho Trad (PSD-MS)	⊙ SIM
Omar Aziz (PSD-AM)	⊙ SIM
Rogério Guimarães (Podemos-PR)	⊙ SIM
Otto Alencar (PSD-BA)	⊗ NÃO
Paulo Paim (PT-RS)	⊗ NÃO
Paulo Rocha (PT-PA)	⊗ NÃO
Plínio Valério (PSDB-AM)	⊙ SIM
Randolfe Rodrigues (Rede-AP)	⊗ NÃO
Reguffe (Podemos-DF)	⊙ SIM
Renan Calheiros (MDB-AL)	⊗ NÃO
Roberto Rocha (PSDB-MA)	⊙ SIM
Rodrigo Cunha (PSDB-AL)	⊙ SIM
Rodrigo Pacheco (DEM-MG)	⊗ **
Rogério Carvalho (PT-SE)	⊗ NÃO
Romário (Podemos-RJ)	⊙ SIM
Rose de Freitas (Podemos-ES)	⊙ SIM
Sérgio Petecão (PSD-AC)	⊙ SIM
Simone Tebet (MDB-MS)	⊙ SIM
Soraya Thronicke (PSL-MS)	⊙ SIM
Styvenson Valentim (Podemos-RN)	⊙ SIM
Tasso Jereissati (PSDB-CE)	⊙ SIM
Telmário Mota (Pros-RR)	⊙ SIM
Vanderlan Cardoso (PP-GO)	⊙ SIM
Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	⊗ NÃO
Wellington Fagundes (PL-MT)	⊙ SIM
Weverton (PDT-MA)	⊗ NÃO
Zenaide Maia (Pros-RN)	⊗ NÃO
Zequinha Marinho (PSC-PA)	⊙ SIM

* Presidente do Senado ** Em viagem oficial

Convidados cobram assistência eficaz a pacientes com doenças raras

Audiência promovida ontem pela Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras reuniu especialistas e representantes de pacientes

A CRIAÇÃO DE uma comissão para fiscalizar as ações no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras foi defendida ontem em audiência pública da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras, Antoine Daher, cobrou do Ministério da Saúde a habilitação dos centros de referência públicos e privados para tratamento dessas enfermidades.

— Só oito estados contam com centros habilitados. Destes, somente seis apresentam registro para ressarcimento pelo Ministério da Saúde — afirmou Daher no debate promovido por iniciativa de Mara Gabrilli (PSDB-SP).

Ele defendeu agilidade para inclusão de medicamentos e procedimentos e a oferta de novos serviços, tendo em vista as novas terapias.

O diretor-executivo da ONG Amigos Múltiplos pela Esclerose, Gustavo San Martin, cobrou a participação dos representantes dos pacientes



Pollyana Dias fala em audiência pública comandada por Flávio Arns

com doenças raras na tomada de decisões das questões de saúde.

— A participação e o controle social só existem com a participação dos pacientes. A governança tem que andar junto com a transparência, mas, quando o paciente não participa, há perda de confiança nesse processo.

Preconceitos

A presidente da Associação Aliança de Mães e Famílias Raras, Pollyana Dias, apontou o preconceito e disse que não há política pública efetiva em favor dos pacientes. Mãe de um jovem de 22 anos, portador da síndrome Cri-du-chat,

ela disse que a população sofre com a ausência do governo.

— As famílias ficam desassistidas para fechar um diagnóstico, o que às vezes leva oito anos. As políticas que acontecem em Brasília têm que chegar à população, que não tem acesso à tecnologia. São pessoas que não têm voz — criticou.

Advogada das Apaes do Paraná, Rosangela Moro cobrou prioridade às pessoas com deficiência de modo geral. Ela ressaltou ainda que a Política Nacional de Doenças Raras, de 2014, “precisa ser melhorada para ser efetiva”, visto que não houve aprimoramentos nesse sentido nos últimos anos.

Representante do Ministério da Saúde, Renato Teixeira Lima reconheceu a necessidade de medidas que garantam a participação popular para que as políticas públicas sejam “verdadeiramente implementadas e cheguem na ponta”.

Lima ressaltou que há cerca de 8 mil doenças raras, assim definidas aquelas enfermidades que acometem até 65 pessoas em 100 mil indivíduos, sendo 80% de origem genética, e o restante, de origem ambiental.

O coordenador-geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Raphael Correia, apontou a boa vontade do Legislativo e do Executivo em favor do aprimoramento das questões relacionadas às doenças raras.

Comissão

Por sua vez, Flávio Arns (Rede-PR) sugeriu a criação de uma instância interministerial, com a participação de todos os interessados, para elaborar uma proposta sobre o tema até o final de novembro.

Leila pede aprovação de texto que tipifica crime de ecocídio

Leila Barros (PSB-DF) defendeu ontem a aprovação rápida do Projeto de Lei 2.787/2019, que



tipifica o crime de ecocídio. As penas maiores seriam aplicadas aos responsáveis por desastres ambientais, como o vazamento de óleo que atinge as praias do Nordeste.

Para a senadora, o governo Bolsonaro deu demonstração de descaso, levando-se em conta que se trata do maior desastre ambiental da história no litoral brasileiro.

Telmário critica medida contra exportação madeireira em RR

Telmário Mota (Pros-RR) disse ontem que o governo federal deve reverter uma decisão do



superintendente da Polícia Federal no Amazonas, que, de acordo com o senador, estaria impedindo a exportação de madeira extraída de forma legal de Roraima. Sem mencionar o nome do delegado, Telmário afirmou que a medida, adotada “por questões ideológicas”, prejudica mais de 40 empresas no estado.

Avança projeto que regula execução fiscal administrativa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que institui a arbitragem tributária. O PL 4.257/2019 altera a Lei das Execuções Fiscais (Lei 6.830, de 1980) para possibilitar o uso da negociação fora do campo judicial como alternativa para solucionar conflitos sobre débitos inscritos em dívida ativa. O texto, que segue para decisão final da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também regulamenta a execução fiscal administrativa para cobrança de dívidas

relacionadas a impostos como IPTU e IPVA.

De Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta é um substitutivo do relator, Otto Alencar (PSD-BA), que acatou parcialmente emenda de Weverton (PDT-MA) para estabelecer a notificação prévia da administração pública pela autoridade competente. Otto também alterou de um para dois anos o prazo constante do projeto, para que um árbitro possa participar de mais de um processo de um mesmo particular ou grupo econômico.

Comissão aprova emendas ao Orçamento de 2020 e ao PPA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem emendas de R\$ 900 milhões ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 e emendas que somam R\$ 680 milhões ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

O relator, Eduardo Braga (MDB-AM), adotou o critério do maior número de indicações de parlamentares, combinado com o atendimento de políticas públicas prioritárias no âmbito da comissão. A emenda ao Orçamento de 2020 de maior valor aprovada destina R\$ 600 milhões para

a Integralização de Cotas de Arrendamento Residencial (FAR), com o objetivo de ampliar o acesso à moradia por pessoas de baixa renda pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.

Com relação ao PPA 2020-2023, a comissão aprovou emenda de R\$ 600 milhões para custear ações de incentivo à inovação em empresas e à qualificação profissional. Outra emenda destina R\$ 70 milhões ao financiamento de programas de revitalização de bacias hidrográficas na área de atuação da Codevasf.

Kajuru diz que cenário mostra início do fim da crise econômica

Jorge Kajuru (Cidadania-GO) afirmou ontem que o cenário atual aponta para a superação da



crise econômica. O senador citou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que indicam a criação de 157 mil novos empregos em setembro, o maior número desde 2013.

— Ainda não há motivo para comemorações efusivas. A desocupação ainda atinge 12,6 milhões de brasileiros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debate pede transparência em preço de remédio

Em audiência sobre o preço de medicamentos no país, considerado alto e até abusivo, foi apontada a falta de concorrência, de regulação e de investimentos públicos no setor

A FALTA DE investimentos públicos, a queda de recursos orçamentários e a falta de concorrência e de transparência foram apontadas em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), como causas para o alto custo de medicamentos.

Para o representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Mathheus Falcão, é preciso haver concorrência e regulação para que os valores dos remédios sejam reduzidos. Ele citou uma ação que o Idec, a Defensoria Pública da União e outras organizações apresentaram ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) questionando o preço, considerado abusivo, do medicamento Sofosbuvir, contra hepatite C.

— A hepatite C, no Brasil, afeta 700 mil pessoas, segundo dados do Ministério da Saúde. Só que um percentual muito baixo de pessoas recebe os tratamentos mais novos e mais eficientes disponíveis no mercado. O Brasil foi um dos pou-

cos países a desenvolver uma versão genérica desse produto. Nesse período concorrencial, o preço praticado era muito mais baixo — explicou.

De acordo com o pesquisador Jorge Zepeda Bermudez, da Fiocruz, o Sofosbuvir foi lançado com preço de US\$ 84 mil para 12 semanas de tratamento. Atualmente o medicamento custa apenas US\$ 87 para o mesmo tempo de tratamento.

— É impossível aceitar que foi lançado a US\$ 84 mil dólares e hoje custa US\$ 87. Não é alto custo, é alto preço!

A coordenadora-geral da Escola Nacional dos Farmacêuticos Silvana Nair Leite, relatou que a Pesquisa Nacional sobre Acesso e Uso Racional de Medicamentos, realizada entre 2014 e 2016, apontou 94,3% de acesso aos remédios para doenças crônicas no Brasil. No entanto, 5,3% das famílias apresentavam gastos “catastróficos” em saúde, sendo 3,2% causados por medicamentos. Silvana destacou quase 70 medicamentos que faltaram na Farmácia Escola da



Ao lado de Paulo Paim e Debora Melecchi, Silvana Leite fala em debate

Universidade Federal de Santa Catarina em 2019.

— Alguns medicamentos para doença renal, ou para esclerose múltipla, que são doenças bastante graves. Além disso, alguns medicamentos para transplante — relatou.

Investimento

A Emenda Constitucional 95, que institui o teto de gastos, foi duramente criticada na audiência. Para o presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Ronald Ferreira dos Santos, a perda causada foi muito grande e o orçamento

para a saúde está em queda.

Ele deu o exemplo do Programa Farmácia Popular, que disponibiliza medicamentos gratuitos à população. De acordo com os dados do Ministério da Saúde, o orçamento de 2018 foi de R\$ 2,09 bilhões e, em 2019, caiu para R\$ 2,04 bilhões. No caso de medicamentos especializados, o orçamento passou de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 550 milhões.

Representando o Conselho Nacional de Saúde, Debora Raymundo Melecchi relatou que, no primeiro trimestre de 2019, foram de fato liqui-

dados com medicamentos estratégicos apenas 7,14% do orçamento. Para medicamentos excepcionais, somente 5,41% foram executados.

— É inaceitável. Muito baixo diante da necessidade do país.

O representante do Ministério da Saúde, Evandro de Oliveira Lupatini, afirmou que 37,3% dos medicamentos utilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são genéricos. Segundo Lupatini, é uma diretriz da Política Nacional de Medicamentos estimular a produção pública por meio dos laboratórios oficiais.

— O uso de medicamentos genéricos propicia, a partir do momento em que a gente tem uma redução no preço, a ampliação do acesso — afirmou.

Segundo Zenaide Maia (Pros-RN), a emenda do teto de gastos mostrou que “a população é em quem menos se pensa”.

— A emenda disse ao povo brasileiro: “você, que já morre por falta de recurso, pode continuar morrendo por mais 20 anos”.

Plenário vai analisar US\$ 600 milhões para programa de eficiência municipal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 600 milhões entre os Bancos do Brasil e Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão utilizados no Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura

para a Eficiência Municipal. A mensagem (MSF 69/2019) segue com urgência para o Plenário.

A CAE também aprovou o projeto que acaba com a incidência do ICMS sobre o trânsito de mercadorias entre unidades de uma mesma rede de estabelecimentos (PLS 332/2018

— Complementar) e decidiu adiar a votação do projeto que garante autonomia para o Banco Central (BC) e prevê mandato para seus dirigentes (PLP 19/2019).

O Programa de Eficiência Municipal é uma linha de crédito que permite aos municípios investir em várias áreas, como administração, finanças, segurança pública, agricultura e eficiência energética. O valor máximo de contratação por operação é de R\$ 5 milhões, sujeito à margem disponível no limite de crédito do município, podendo o Banco do Brasil financiar até 100% do investimento a ser realizado pelo ente público.

Para municípios com população acima de 200 mil habitan-

tes, é admitida a contratação de operações de crédito com valor superior a R\$ 5 milhões. O financiamento está disponível em duas modalidades: aquisição de bens e serviços e projetos de investimentos. A contratação foi relatada por Rogério Carvalho (PT-SE).

Rede varejista

O projeto que proíbe cobrança de ICMS sobre a transferência de produtos, do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), visa acabar com a cobrança nos casos em que mercadorias de uma rede varejista saem do depósito em um estado e vão para uma loja da mesma rede em outro estado. O texto também segue ao Plenário.

Bezerra ressalta que o projeto vai dar segurança jurídica a empresários e evitar cobranças indevidas.

— Transferências de mercadorias pela simples saída de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte não envolvem modificação de propriedade sobre os bens objeto de movimentações físicas dessa natureza. Como não há operação mercantil nesses casos, não pode incidir o ICMS.

O texto foi relatado pelo senador Irajá (PSD-TO), que deu parecer favorável.

Quanto ao projeto sobre a autonomia do BC, o adiamento ocorreu a pedido do relator, senador Telmário Mota (Pros-RR), e ainda não há previsão para votação.



Operação de crédito externo teve a relatoria de Rogério Carvalho

Colegiado rejeita emenda a novo marco das franquias

Emenda de Plenário ao projeto que moderniza o Marco Legal das Franquias foi rejeitada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLC 219/2015 volta ao Plenário.

O voto contrário do relator, senador Weverton (PDT-MA), manteve o texto já aprovado na CAE e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A emenda de Eduardo Gomes (MDB-TO) pretendia obrigar as franquias com mais de 50 unidades a estruturar um conselho ou associação de franqueados. A Associação Brasileira de Franchising considerou que a emenda fere a livre iniciativa.

“É importante salientar que a criação de um órgão implica, necessariamente, geração de despesa por parte do franqueador. Este, por sua vez, certamente repassará o valor gasto na criação e manutenção do órgão ao franqueado, que, fatalmente, repassará um produto final mais caro ao consumidor. Frise-se que a interferência do Estado na ordem econômica deve ser mínima e jamais interferir na livre iniciativa e na autonomia das empresas”, concorda Weverton no parecer.

O PLC 219/2015 revoga a lei vigente sobre contratos

de franquia empresarial (Lei 8.955, de 1994) e a substitui por novas regras.

Paul Singer

A CAE aprovou o projeto que cria o Diploma Paul Singer para premiar empreendimentos na área da economia solidária. O PRS 49/2019, do senador Jaques Wagner (PT-BA), seguiu para a Comissão Diretora da Casa. Segundo a proposta, o diploma será concedido pela Mesa do Senado em sessão especialmente convocada para esse fim e reconhecerá anualmente iniciativas de até cinco pessoas.

Comissão de Ciência e Tecnologia prioriza pesquisa no Orçamento

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem emendas aos projetos da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 e ao Plano Plurianual 2020-2023.

Para o Orçamento de 2020, as emendas totalizam R\$ 740 milhões e a de maior valor é voltada ao fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação no processo produtivo. Outros R\$ 200 milhões vão para

apoio à inclusão digital.

As três emendas aprovadas para o PPA 2020-2023 somam 170 milhões. A primeira prevê a aplicação de R\$ 70 milhões em projetos de apoio à inclusão digital; a segunda destina R\$ 50 milhões à implantação de infraestrutura para o Projeto Centro-Oeste Conectado; e a terceira emenda reserva R\$ 50 milhões para a implementação do Projeto de Interligação de Fibra Ótica Brasil-Guiana.

Ministro nega candidaturas-laranja no PSL mineiro

Em audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle, o titular da pasta do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, refutou denúncias de que candidatas concorreram apenas para cumprir cota de 30%

O MINISTRO DO Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, negou ontem candidaturas-laranja no PSL de Minas Gerais. Presidente licenciado do diretório mineiro e eleito como o deputado federal mais votado do estado, ele disse que, por causa da candidatura de Bolsonaro à Presidência pelo partido, a legenda tinha muitos filiados com chances.

— Nesse cenário, não fazia sentido ter laranjas. Quem foi candidato efetivamente concorreu e fez campanha.

O ministro depôs em uma audiência da Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC). Ele foi convocado para explicar denúncias de que candidatas do partido em Minas Gerais teriam sido coagidas a devolver ao PSL recursos do Fundo Partidário. Elas teriam concorrido só para cumprir a lei que destina 30% do dinheiro a candidaturas femininas.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do requerimento de convocação do ministro, abriu a lista de perguntas. Ele questionou sobre contratos firmados durante a campanha pelo PSL com uma empresa posteriormente fechada. A firma pertencia a Mateus Von Rondon, que foi nomeado assessor do Ministério do Turismo e preso em junho por acusação de envolvimento no esquema de candidaturas-laranja. Antônio explicou que a empresa de Mateus Von Rondon era especializada em marketing político e teve como clientes não apenas candidatos do PSL, mas de outros partidos.

O senador citou ainda o depoimento de Cleuzenir Barbosa, outra candidata a deputada estadual pelo PSL em Minas Gerais. Ela afirmou que dois assessores de Antônio teriam pedido de volta R\$ 50 mil dos R\$ 60 mil recebidos do Fundo Partidário. O ministro explicou

que a candidata fazia elogios a ele nas redes sociais, mas, ao perder o pleito, teria começado a pedir reiteradamente emprego para familiares por mensagens de áudio. Diante da negativa, Cleuzenir teria se virado contra o ministro.

Para Randolfe, as candidaturas-laranja femininas são reais. Ele comentou que, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), das 16.131 candidatas da eleição passada, 14.417 não receberam sequer um voto. Para comparar, disse que apenas 1.714 candidatos homens estiveram na mesma situação.

Domínio do fato

O ministro disse que, por causa das denúncias, que classificou como infundadas, ele foi investigado durante nove meses pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, por órgãos de imprensa e adversários políticos.

— Foram mais de 80 pessoas ouvidas, houve buscas e apreensões inclusive de celulares e não houve qualquer materialidade contra mim. Mesmo assim, fui denunciado e indiciado com base na teoria do domínio do fato.

De acordo com essa concepção, o gestor de determinada organização pode ser considerado autor de um delito, mesmo que não esteja diretamente envolvido na prática irregular. A teoria pressupõe que o “chefe” tem conhecimento (tem domínio) do fato criminoso praticado pelos subordinados.

Fabiano Contarato (Rede-ES) questionou se o ministro considera que o caixa dois e a corrupção são crimes da mesma gravidade. Antônio disse que o tema precisa ser mais bem discutido.

Humberto Costa (PT-PE) lembrou “a mudança de entendimento” do ministro da Justiça, Sergio Moro, sobre o assunto. O senador destacou

que, quando juiz, Moro declarou que o caixa dois seria mais grave do que a corrupção.

Paulo Rocha (PT-PA) criticou a tese de que as eleições de 2018 trouxeram “a nova política” para o Brasil. O ministro rebateu dizendo que o governo está trabalhando para investigar as causas e mitigar os efeitos da contaminação das praias. Antônio apresentou números que apontam para o crescimento do turismo nos últimos meses, como a criação de 25 mil empregos em agosto.

Angelo Coronel (PSD-BA) classificou as denúncias contra o ministro do Turismo como “sensacionalismo” e “acusações infundadas” de adversários e pessoas insatisfeitas com o resultado das eleições.

O senador Weverton (PDT-MA) afirmou que em todas as eleições, os partidos recebem notificação da Justiça para que incluam mulheres, e aí começa o desespero para achar candidatas.

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que todos os dirigentes partidários precisariam ser convocados a depor porque acusação que pesa sobre Antônio acontece em todo o país.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), observou que há ações semelhantes de todos os partidos, razão pela qual está sendo difícil encontrar quem queira presidir os diretórios regionais das legendas. Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Telmário Mota (Pros-RR) prestaram solidariedade ao ministro.

Para Ciro Nogueira (PP-PI), o que aconteceu no PSL mineiro é um procedimento que se alastrou por todo o país, e todos os presidentes de partido têm dificuldade de preencher as cotas femininas.

— A única diferença é que Marcelo Álvaro Antônio teve a sorte ou o azar de ser ministro — disse Ciro.



Zenaide Maia ouve Marília Melo em debate na Comissão de Educação

Debatedores pedem atenção para Síndrome de Edwards

Especialistas ouvidos ontem em audiência pública na Comissão de Educação (CE) criticaram o “relativo desprezo” de parte dos profissionais de saúde em relação aos portadores da Síndrome de Edwards, em face da baixa expectativa de vida dessas crianças. Segundo as estatísticas, a média é de 3 meses para os meninos e 10 meses para as meninas.

De origem genética, a síndrome acomete 1 em cada 8 mil nascidos e pode levar a problemas na formação de vários órgãos. O debate foi feito a pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor de projeto que cria o Dia Nacional da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards (PLS 158/2018).

Cirurgião cardiovascular, João José Carneiro disse que a síndrome precisa ser mais bem conhecida pelos médicos, que, muitas vezes segundo ele, recomendam “aborto no útero ou deixar morrer depois que nasce”. Carneiro comparou os efeitos da Síndrome de Edwards com as cardiopatias da Síndrome de Down.

Para a pediatra e geneticista Patrícia Salmons, “conhecer o diagnóstico e o quadro clínico terá muita importância no pré-natal, na escolha da via de parto, nos cuidados na sala de parto e nos cuidados pós-natais”.

A advogada Adriana Monteiro da Silva, atacou a prática decorrente de indicação de aborto e de negação aos cuidados mínimos ao recém-nascido.

O desconhecimento médico foi confirmado por mães de crianças portadoras da doença. Presidente da Associação Síndrome do Amor, Marília Melo disse que os médicos definiram seu filho como portador de “doença incompatível com a vida”.

— Temos que tirar essas crianças da invisibilidade.

Já a coordenadora do Movimento T18 Brasil, Rita de Souza, afirmou que o alto custo de tratamento das síndromes raras demanda políticas públicas mais incisivas. A presidente da CE, senadora Zenaide Maia (Pros-RN), declarou esperar que a conscientização convença mais mulheres a fazer exame pré-natal.

Aprovados R\$ 146 bilhões para educação básica no PPA

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (PLN 22/2019) e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PLN 21/2019).

Para o PPA, o colegiado aprovou emenda de Fabiano Contarato (Rede-ES) que amplia o volume de recursos para a educação básica, de R\$ 93,4 bilhões para R\$ 146 bilhões. Outra emenda aprovada, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), amplia em 45,45% a meta relacionada ao número de projetos que serão fomentados em programa de incentivo à cultura.

Para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, o colegiado aprovou duas emendas no valor de R\$ 500

milhões, uma destinada a instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outra à aquisição de veículos para transporte na educação básica.

Izalci Lucas (PSDB-DF), relator da área de educação no Orçamento, defendeu a aprovação de emendas em apoio a programas de formação de professores de nível superior. Segundo ele, as bolsas da Capes sofreram um corte de R\$ 1,62 bilhão.

O relator, senador Esperidião Amin (PP-SC) não atendeu ao pedido, lembrando que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados já aprovou emenda para o Orçamento de 2020 destinando recursos para a Capes.



Senador Rodrigo Cunha comanda audiência em que o ministro Marcelo Álvaro Antônio prestou esclarecimentos